

Setor elétrico permanece em evidência no início de 2013

O setor elétrico brasileiro que foi alvo de muita notícia, disputa e polêmica no segundo semestre de 2012, a partir da edição da MP 579 (renovação das concessões), continua em evidência nos primeiros dias de 2013. Um bombardeio de matérias ocupa grande espaço na mídia nacional, enfocando vários aspectos do setor.

As notícias vão desde a ameaça de racionamento de energia à queda das ações da Eletrobras na Bolsa de Valores. Destacam também a redução de receitas das empresas estatais, o corte de despesas e a necessidade de investimentos para que o setor possa continuar se expandindo e atendendo a demanda de energia necessária para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso tudo ensejou uma reunião da presidenta Dilma com órgãos e gestores do setor.

O grande problema é que os gestores ainda não perceberam o melhor caminho para as soluções. Não existe fórmula mágica: Sem dinheiro, não há investimento; sem investimento, não há crescimento do setor; sem crescimento do setor elétrico, não há desenvolvimento do país; sem desenvolvimento do país, não há geração de emprego e renda; sem geração de emprego e renda, não há inclusão social; sem inclusão social, a máxima do governo federal “Um país rico é um país sem miséria” não se concretizará. Ou seja, não basta que os dirigentes das empresas estatais se esmerem em reduzir gastos. Cada um parece querer mostrar mais serviço que o outro, talvez até para preservarem seus cargos.

A velha e surrada fórmula de atacar os custos de pessoal, reaparece agora como uma grande novidade. Sejamos honestos, a raiz do problema não está aí. É preciso saber com clareza, que papel o governo Dilma reserva para as empresas do grupo Eletrobras. A

quem caberá de fato ser o propulsor para o crescimento do setor elétrico brasileiro.

Quem tem mais condições de atender a demanda de energia e propiciar uma tarifa mais acessível à população em geral e não só aos grandes grupos econômicos, o setor privado? Os mesmos que se apropriaram do patrimônio do povo brasileiro, através das privatizações, e deu no que deu? Os especuladores, travestidos de eficientes empresários?

Recentemente uma revista de economia noticiou que, das doze empresas que mais distribuíram dividendos, ou seja, dinheiro para a conta do acionista (muitos dos quais fora do Brasil), nove são do setor elétrico. É esse modelo, que transfere renda do público (população) para o privado (bolsos de alguns), que ajudará o país a suplantar a crise? É esse modelo que propiciará de fato desenvolver o país em benefício de seu povo? São essas questões mais profundas, no entendimento da FNU, que deve ocupar o debate e ser motivo de decisão nas direções e nos conselhos de administração das empresas do grupo Eletrobras.

Os questionamentos devem ser feitos e as pressões devem recair sobre o governo federal que deixou as estatais numa “saia justa”. Reduzir tarifas sim, mas dismantelar as empresas estatais não! Reduzir tarifas sim, mas reduzir empregos e retirar direitos dos trabalhadores não!

O propalado fortalecimento do grupo com a chamada “nova” Eletrobras tem que sair do campo da retórica. E, mais uma vez, é necessário o esforço de todos para que os que efetivamente produzem a riqueza - os trabalhadores, não paguem a conta.